

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS E POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Juliane Paprosqui Marchi da Silva*

Leila Maria Araújo Santos**

Carlos Gustavo Lopes da Silva***

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade discorrer sobre os Recursos Educacionais Abertos (REA) e a possível interlocução destes com as políticas para formação de professores, mais especificamente as Diretrizes curriculares para formação de professores da educação básica e o Plano Nacional de Educação vigente. Busca-se entender se há consonância entre um e outro e como estes poderão fomentar a formação inicial de professores. Para tanto far-se-á um recorte destas políticas no que diz respeito a utilização das tecnologia da informação e comunicação na prática pedagógica docente, discorrendo sobre as dimensões; formação inicial de professores e a utilização de recursos educacionais abertos. Neste sentido recorre-se a estudos bibliográficos, para entender como os REAs podem auxiliar na utilização e propagação de práticas pedagógicas abertas. Os aportes teóricos e os exemplos aqui mencionados sobre a utilização destes recursos apontam inicialmente para a necessidade de uma política nacional que ampare a utilização dos mesmos nos diversos níveis educacionais; na mudança da prática pedagógica nas universidades, nos cursos de licenciatura; e a relevância destes recursos para a educação se aplicados dentro de um contexto definido.

Palavras-chave: Formação Docente. Políticas Públicas. Recursos Educacionais Abertos.

Introdução

Com a crescente utilização das tecnologias da informação e comunicação no contexto educacional, estudar e utilizar redes de colaboração e cooperação e/ou comunidade virtuais de aprendizagem (LÉVY, 1999, p. 27) passou a ser importante na construção do conhecimento coletivo, uma vez que, são comumente associadas a processos de inovações. Inovar tornou-se essencial para uma sociedade globalizada, na qual a disputa e a competitividade são

* Mestranda em Tecnologias Educacionais em Rede – UFSM. E-mail: juliane_paprosqui@hotmail.com

** Doutora em Educação – UFSM. E-mail: leilamas@gmail.com

*** Carlos Gustavo Lopes da Silva (coautor) – Mestrando em Tecnologias Educacionais em Rede – UFSM. E-mail: cgsilva30@hotmail.com

fortemente alavancadas pela educação. Sendo a educação o divisor de águas para um país que necessita de desenvolvimento não só econômico como intelectual, preparar professores com esta visão de compartilhamento, colaboração, autoria e coautoria parece pertinente na medida em que, estes serão os disseminadores e incentivadores desta nova forma de ensino-aprendizagem que se configura.

Para tanto a formação docente e a valorização dos profissionais da educação são de longa data conhecidos, para Guimarães (2010, p.17) esta é “uma das temáticas que mais frequentemente tem estado presente nas discussões sobre a educação escolar brasileira nos últimos 20 anos”.

Exige-se cada vez mais, que professores se tornem profissionais da pedagogia, capazes de lidar com os inúmeros desafios suscitados pela escolarização de massa em todos os níveis do sistema de ensino (TARDIF, 2002, p.30).

Porém o desestímulo para a escolha docente é recorrente, tanto que se enfrenta um longo período de falta de professores principalmente na educação básica. Gatti; Barreto; André em 2009 já sinalizavam que salários e planos de carreira pouco atraente interferiam nas escolhas profissionais dos jovens principalmente pela valorização social da profissão de professor.

Outro problema que tem sido apontado pelo tema, é que entre os jovens há pouca procura pelos cursos de formação de professores. Nos cursos que oferecem o bacharelado e a licenciatura, o primeiro é valorizado em detrimento do segundo. O desprestígio dos cursos de formação de professores parece associado à própria desvalorização do magistério como profissão (MONFREDINI, 2009, p.614).

Neste sentido, buscando estratégias para frear o desestímulo pela escolha da profissão professor, e reconfigurando-a para se adaptar aos novos paradigmas educacionais que se apresentam devido aos avanços tecnológicos, Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores e Políticas de fomento que incentivem a procura por cursos de licenciatura são pensadas em âmbito federal, um exemplo disso são os incentivos para valorização profissional e as tentativas de aproximar o licenciando da realidade escolar através de programas tais como: Programas de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância, de Professores para a Educação Básica (PARFOR); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (Life) dentre outros... (BRASIL, 2014). Estas políticas de incentivo a formação docente acontecem em parceria com as

Instituições de Ensino Superior que ofertam cursos de Licenciaturas as quais desenvolvem seus projetos em parceria com as Escolas públicas autorizadas pelas Secretárias de Educação de seu respectivo Estado.

Neste contexto e levando em consideração a formação de professores, discorrendo sobre políticas que vão ao encontro de propostas mais dinâmicas para o ensino aprendizagem, que utiliza todo aparato tecnológico que se apresenta, o presente artigo busca identificar se a utilização de Recursos

Educacionais Abertos na formação inicial de professores tem interlocução e/ou esta em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica e com Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Desta forma, o artigo trata na primeira seção dos Recursos Educacionais Abertos, e a possível utilização na formação de professores, na seção seguinte busca-se localizar no Plano Nacional de Educação (2014-2024) as metas e estratégias que preconizam a utilização destes recursos e por fim, farse-á uma análise das Diretrizes Curriculares para Formação de Professores verificando se estas recomendam a preparação do futuro professor para a nova sociedade em rede que se apresenta e como os Recursos Educacionais Abertos podem fazer parte do currículo destes cursos.

Os aportes teóricos estudados aqui, inicialmente apontam para a necessidade de Leis Federais que dêem suporte a utilização de Recursos Educacionais Abertos na educação através de legislação específica, por outro lado também apresenta a necessidade de uma “revolução epistemológica no seio da Universidade” (SANTOS, 2010. p. 75).

2 Recursos Educacionais Abertos

Ao vivenciarmos uma “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999) submersa nos meios de informação e comunicação é inconcebível visualizarmos a educação do século XXI fora deste contexto que se apresenta, novos rumos e maneiras de ver e conceber a escola são traçados e definidos, diferente daquela à que fomos submetidos ao longo de muitos anos. O fato é que, “a luz da tecnologia tem-se a necessidade de reinventar a educação” (SODRÉ, 2012). E, para que esta reinvenção se efetive como prática pedagógica primeiramente deve-se qualificar o professor parte fundamental e precursora de uma educação sem modelos pré-definidos, mas contextualizada à realidade e à sociedade a que se destina.

Neste novo contexto surgem ou emergem formas de auxiliar essa qualificação, basta observarmos os vários programas lançados pelos governos, nas esferas federais, estaduais e municipais, para oferecer formação continuada àqueles professores que estavam e/ou estão à margem desta transformação. Neste sentido, inúmeros meios são disponibilizados e a utilização de recursos educacionais abertos, por exemplo, talvez se configurem como estratégia.

Esta secção tem por objetivo apresentar e caracterizar estes recursos educacionais abertos, os quais podem se configurar de grande utilidade tanto para formação continuada de professores quanto para formação inicial destes.

Para entendermos como se caracteriza os Recursos Educacionais Abertos (REAs) – termo inicialmente utilizado em uma conferência da UNESCO em 2002 - devemos entender antes como funciona e como se configurou, na educação, os repositórios digitais. Para Starobinas, (2012) a necessidade de tornar disponíveis as produções intelectuais acadêmicas, esta sendo reconhecida pelas universidades as quais começaram a pensar na utilização destes repositórios. Neste sentido, segundo a mesma autora “o interesse das instituições em facilitar a disseminação e o acesso nacional e internacional aos resultados de pesquisa de seus acadêmicos pode contribuir para dar maior impulso nas pesquisas científicas” (2012, p. 102)

Mas o que são repositórios digitais? E qual o seu propósito? Com base nos estudos de Nascimento (2009) repositórios digitais servem para armazenar conteúdos para pesquisas acessados por meio de busca e também para reutilização dos mesmos. Estes repositórios são classificados de várias maneiras: “repositórios digitais, repositórios educacionais, repositórios institucionais, repositórios de objetos de aprendizagem” (p. 30) No presente artigo tomo por base os repositórios educacionais e de objetos de aprendizagem.

Neste contexto qualquer recurso digital que seja aplicado na educação pode ser incluído em um repositório para que outras pessoas possam utilizar os mesmos em suas práticas pedagógicas, no caso de professores, ou assistir a uma aula, de português, por exemplo, no contexto de estudante. Enfim inúmeras possibilidades de compartilhamento de saberes se configuram.

Dentro deste escopo nasce os Recursos Educacionais Abertos definidos pela UNESCO (2011) como: Materiais de ensino, aprendizado, e pesquisa em qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros (UNESCO, 2011). Podem ser disponibilizados na internet, de forma livre, ou seja, qualquer pessoa pode acessá-los e beneficiar-se dos mesmos

em suas práticas pedagógicas, rompendo assim a tradição da propriedade, a qual, prima pelo aprisionamento do saber. Para tanto, a questão que envolve direitos autorais ainda é um fator inibitório destas práticas de compartilhamento, uma saída é a utilização de licenças como a *Creative Commons*¹, a qual se configura como um modelo de gestão de direitos autorais, que através de atribuições permite que um documento seja compartilhado sem que sejam feridos os direitos autorais (CREATIVE COMMONS).

Em se tratando da formação inicial de professores, a utilização destes recursos abertos se configura como fomento para práticas colaborativas abertas, e aqui “o adjetivo “aberto” se contrapõe às receitas prontas e aos textos que encerra em si toda e qualquer resposta” (UNESCO, 2011) essas práticas objetivam estimular a utilização de materiais e recursos didáticos livres, formando novas configurações para o ensino, no qual professores e alunos podem assumir papel de autores, possibilitando a escola ser vista como Instituição que cria e não somente como reprodutora do conhecimento.

No contexto brasileiro os Recursos Educacionais abertos ainda carecem de legislação específica para que a sua utilização não ameace os direitos autorais.

No entanto alguns passos estão sendo dados, no Estado de São Paulo, por exemplo, o decreto municipal 52.681 de 26 de setembro de 2011, dispôs sobre o licenciamento obrigatório das obras intelectuais produzidas com objetivos educacionais, pedagógicos e afins no âmbito da rede pública municipal de ensino. Existe um projeto de Lei tramitando no estado de São Paulo, também com este intuito e no que diz respeito à Legislação Federal que ampare a utilização destes recursos no âmbito da educação pública, tramita um projeto de lei na Câmara Federal de n. 1513/2011, a qual “dispõe sobre a política de contratação e licenciamento de obras intelectuais subvencionadas pelos entes do poder público e pelos entes de direito privado sob controle acionário de entes da administração pública” (Recursos Educacionais Abertos – Projeto de Lei Federal, 2011) .

Com a aprovação desta lei, um salto enorme na produção intelectual do país, no que diz respeito a utilização de recursos abertos, será dado, pois permitirá que obras que tenham sido financiadas com dinheiro público possam ser utilizadas, modificadas de acordo com as necessidades de cada professor, ou grupo de pessoas sem que estejam com isso ferindo os direitos autorais.

¹ Maiores informações sobre *Creative Commons* acessar o link: <<http://www.creativecommons.org.br/>>.

A mudança de postura da escola, rompendo velhos paradigmas, e utilizando licenças livres, segundo Amiel (2012) estimula os professores na busca por conteúdos que possam tornar a aprendizagem mais interessante e flexível, Gonsales (2012) enfatiza que os recursos educacionais abertos geram uma transformação ainda maior na educação uma vez que, envolvem educadores e estudantes no processo criativo de adaptação dos recursos contextualizando-os a sua realidade. Além disso, permite que sejam autores na construção de sua própria aprendizagem, produzindo desta forma uma educação com maior horizontalidade e interatividade. Na formação inicial de professores é de grande valia, por todos os aspectos mencionados anteriormente e ainda por fomentar práticas abertas e o pensar coletivo.

Para tanto, incentivar a utilização de recursos educacionais abertos, na formação e na prática dos docentes para atender a nova perspectiva de educação que se configura com a utilização das tecnologias da informação e comunicação, são estudos recorrentes quando nos reportamos a Gonsales (2012), Pretto (2008) dentre outros. Além disto, a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação é realidade e, se contextualizadas, muito tem a oferecer nos processos de ensino-aprendizagem.

3 As Políticas para educação e as Políticas para formação de professores

3.1 Plano Nacional de Educação

Não tem como negar que a Educação brasileira na última década deu um grande salto, em todos os segmentos, observa-se um grande crescimento desde a educação básica até o ensino superior segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) O número total de matrículas no ensino superior brasileiro superou os 7 milhões no ano de 2012 com crescimento de 81% entre 2003 e 2012 (G1)

Apesar destes dados, não podemos dizer que no Brasil a educação é para todos, a Constituição Federal de 1988 garante como um direito a qualquer cidadão o acesso a educação pública e de qualidade porém, a realidade ainda é bem diferente e ai nos deparamos com dados da UNESCO que sinalizam que o Brasil é o 8º país no mundo com maior taxa de analfabetismo, e está entre os países que respondem a 72% de analfabetos no mundo (Agência Brasil, 2014). Neste sentido, levando em consideração a necessidade de erradicar com o analfabetismo no Brasil a primeira diretriz do Plano Nacional de Educação é justamente esta.

Construído a partir da primeira Conferência Nacional de Educação CONAE no ano de 2001 foi sancionada e aprovada a lei 10.172 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) esse plano traça metas e estratégias para Educação Brasileira por um período de 10 anos, ou seja, a cada decênio o plano é reelaborado e feito um diagnóstico do que foi alcançado através das estratégias propostas. O primeiro PNE foi implementado entre os anos de 2001 a 2010, década conhecida pelo incentivo à educação. Porém, com um grande número de metas gerou-se um documento muito extenso o que não logrou grande sucesso. Com o findar da primeira década de vigência do Plano Nacional de Educação, novo plano é proposto para atender então aos anos de 2011-2020, porém, somente neste ano que o plano é regulamentado com a Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, documento mais sucinto e enxuto trás como diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais;
- IV - melhoria da qualidade do ensino;
- V - formação para o trabalho e para cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
- IX - valorização dos profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Aproximar o currículo e práticas às demandas da rede pública é outra necessidade observada no Plano, para tanto, a Universidade deve olhar mais de perto para a comunidade na qual está inserida e contemplar em seus currículos de formação, e aqui formação de professores, disciplinas curriculares que atendam a demanda apresentada, neste caso o tripé ensino-pesquisa-extensão deverá ser consolidado.

Para tanto, o plano também sinaliza nas estratégias da meta 15 (quinze) a necessidade de “reforma curricular do cursos de licenciatura para dentre outras, incorporar as modernas tecnologias da informação e comunicação em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica...”(BRASIL, 2014)

Neste sentido, e analisando o Plano, no que diz respeito à qualidade da educação, percebe-se que é através de currículos bem estruturados pra formação de professores que será obtido êxito neste segmento. Os currículos para formação de professores devem estar em consonância com as necessidades apresentadas pela sociedade na qual seus alunos estão

inseridos. Uma das necessidades mais básicas é ter conhecimento das Tecnologias da Informação e Comunicação e saber como aplicá-las no contexto escolar. Para tanto, a Meta 7 do PNE traz como necessidade “Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem...” (BRASIL, 2014) esta meta nos remete a algumas estratégias, dentre elas está a estratégia que preconiza;

7.12) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos, e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

Fazendo uma interlocução dos elementos apresentados acima e a utilização de recursos educacionais abertos, fica em evidencia que estes podem sim, ser utilizados para melhoria da educação, uma vez que trarão em seu bojo o compartilhamento de saberes e a riqueza em ser construídos colaborativamente, os quais também levam em consideração a realidade que os cerca.

Porém para que seja possível a utilização destes, como fomento à prática docente, também é necessário currículos para formação de professores desenhados para atender o perfil do professor da atualidade, um dos caminhos para isso é consolidar na prática o que as Diretrizes Curriculares preconizam como será visto na secção seguinte.

3.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica

A perspectiva aqui apresentada, à cerca da formação de professores de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação de fevereiro de 2002, não abarca toda a Diretriz por se tornar excessivamente extenso, para ser tratado somente em um artigo. Para tanto a presente secção discorrerá apenas sobre o Art. 2º inciso VI e VII os quais apresentam os princípios ou fundamentos para a organização curricular que atendam aos novos paradigmas que se apresentam,

Art. 2º A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394/96, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para: VI – O uso de tecnologias da informação e comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; VII – o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe (CNE/CP Res. 1 de 2002).

Como observado necessita-se formar profissionais professores que façam uso das tecnologias em sua prática pedagógica e que estes ainda tenham desenvolvido a competência de trabalhar em equipe, já na formação inicial.

Neste sentido, a utilização de Recursos Educacionais Abertos vão ao encontro de uma proposta pedagógica mais dinâmica, uma vez que, proporciona além de outros já citados, a capacidade de trabalho em equipe, de autoria e co-autoria, de processos de aprendizagem colaborativa e troca de saberes.

Porém para fazer uso de tantos meios e recursos que são disponibilizados através das tecnologias da informação e comunicação na formação inicial de professores, é necessário também, fazer emergir paradigmas inovadores, que,

Busquem provocar uma prática pedagógica que ultrapasse a visão uniforme e que desencadeie a visão de rede, de teia, de interdependência, procurando interconectar vários interferentes que levem o aluno a uma aprendizagem significativa, com autonomia, de maneira contínua, como um processo de aprender a aprender para toda a vida (BEHRENS, 2013 p. 111).

Fomentar na formação inicial de professores essa visão é de suma importância uma vez que, encontrará em sua vida profissional uma sociedade permeada pelas tecnologias, na qual seus alunos são parte indissociável, estes já não aprenderão mais como seus professores foram educados. Estes desafios a que serão impostos deverão ser levados em consideração durante sua formação inicial, saber o que fazer e como o fazer é tarefa de currículos bem desenhados levando em consideração este novo modelo educacional que se configura.

O fato é que, enquanto a Diretriz para formação de professores conduz para um currículo flexível no qual o futuro professor poderá desenhar seu caminho educacional a Universidade, enquanto espaço para socialização e compartilhamento de saberes na maioria das vezes, nos cursos de licenciatura ainda utiliza da prerrogativa de utilizar somente um pequeno percentual destinado ao que trata o art. 2º, e contempla, na maioria das vezes a utilização das TIC apenas como temas complementares na formação inicial, primando por uma educação verticalizada, práticas ultrapassadas e metodologias arcaicas as quais não atendem à realidade a que seus egressos serão submetidos.

Observa-se assim, que os Recursos Educacionais abertos estão em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para formação de professores, porém, deverão também fazer parte da prática pedagógica do corpo docente, o qual deve introduzir em sua metodologia a utilização de práticas abertas, incentivando a aprendizagem colaborativa e a troca de

conhecimentos, os quais culminarão no compartilhamento de ideias e materiais didáticos, sendo desta forma atendida e atingida as metas impostas pelo PNE juntamente com as Diretrizes em práticas recorrentes em todas as disciplinas, na transversalidade, tornando-se desta forma, não uma disciplina específica, mas sim o modo como estes aprenderão a utilizá-las e como estes propagarão para seus futuros alunos.

Com currículos que atendam o que preconiza a Diretriz e com práticas que incentivem a utilização de recursos educacionais abertos muitos se tem a ganhar, um exemplo, já muito utilizado, mas que vale a pena lembrar é o projeto folhas da Secretaria de Educação do Paraná, sendo que o objetivo principal era “desenvolver um projeto diferenciado de formação, entendendo o professor como produtor do conhecimento, em vez de apenas formatar cursos em que especialistas dariam sua contribuição” (DARCIE, 2012) neste podemos observar como a busca pelo conhecimento coletivo e práticas inovadoras podem transformar a educação como um todo, no caso citado acima os professores da rede pública de educação básica passaram a produzir o material didático utilizado por eles durante suas aulas.

4 Resultados

Estamos diante de um novo homem que se adapta, se transforma e transforma o meio em que vive, presenciamos o auge de uma revolução que mudou e continua mudando o nosso tradicional sistema de educação, “com maior poder ao aprendiz que exigirá mais inteligência e criatividade do professor” (TORI, 2009, p.308).

Observamos também que, a qualificação docente é emergente para educar uma geração de “nativos digitais” (PRENSKY, 2001), sendo que, esta perpassa pela formação inicial, então é salutar que na formação inicial sejam fomentadas ações para a formação colaborativa e compartilhamento de saberes.

Neste sentido trazemos como resultado destas reflexões pautadas em estudos bibliográficos apresentados no decorrer do artigo que inevitavelmente a formação inicial de professores que traga em seu bojo as ações supracitadas deverá estar em consonância com currículos flexíveis e com legislações que viabilizem e fomentem práticas abertas tanto para professores quanto para acadêmicos, futuros professores, que por sua vez, serão disseminadores destas práticas em suas inferências enquanto profissionais da educação.

Continuar com uma educação escalonada, vertical e imposta é negar a sociedade e o contexto no qual os aprendizes estão inseridos, uma vez que, segundo Santos (2010)

O fosso cavado entre a universidade pública e o saber pedagógico é prejudicial, tanto para a escola pública como para a universidade. A resistência desta última ao novo receituário educacional não pode reduzir-se à crítica já que a crítica, num contexto de crise de legitimidade da universidade, acaba por vincar o isolamento social desta (p. 82-83).

Neste mesmo sentido, negar-se aos avanços tecnológicos e paradigmáticos presenciado nos mais diversos campos do saber é não dar os instrumentos necessários para um ensino aprendizagem que perpassa o ambiente de sala de aula e esta conectada com a realidade que cerca estes cidadãos que são e serão responsáveis pelo mundo que vivem e que transformam dia após dia, para tanto observamos que,

É preciso garantir uma estratégia colaborativa de produção que seja sujeita a adaptação local, pois não dá para ter um garoto em Manaus aprendendo com exemplos do metrô de São Paulo, ou mesmo de fora do país, no livro didático. A compreensão fica mais fácil com a adaptação. Por isso, acredito que a adoção em larga escala do REA seja a política pública mais importante da próxima década (DARCIE, 2012).

Porém, mais que políticas públicas voltada ao incentivo destas práticas colaborativas, será necessário também desenvolver competências pra aprender colaborativamente e “desligar a parte do cérebro programada pra competir a qualquer custo a fim de trabalhar par ao bem comum” (TAPSCOOT, & WILLIAMS, p. 347-348, 2007)

Conclusão

Os estudos bibliográficos suscitados aqui nos apontam que as metas do Plano Nacional de Educação que dizem respeito à utilização dos meios tecnológicos na educação bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, convergem e são exequíveis também pela utilização de Recursos Educacionais Abertos. No entanto, se faz necessário políticas regulamentadoras para a utilização destes meios, e também para preservar os direitos autorais. Muito pode e deve se fazer neste vasto campo do compartilhamento e da disponibilidade do que é público, porém as bases legais devem ser levadas em consideração observando ainda que são estas que, de certa forma, ainda dificultam a utilização destes recursos pelas Instituições de Ensino e pelos seus professores.

Observa-se também que a prática ainda não regulamentada em lei pode ser o início da propagação destes, claro que respeitando as licenças existentes e com isso cada dia mais

seremos integrantes dos sistemas subjetivos que pensam, escolhem, interagem, movem-se em todos os lugares num só lugar.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Unesco**: Brasil tem quase 13 mi de analfabetos adultos e é 8º no mundo. 29 de janeiro de 2014. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/educacao/unesco-brasil-tem-quase-13-mi-de-analfabetos-adultos-e-e-8-no-mundo,5c15a2a6cb3d3410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html> >. Acesso em: 20 ago. 2014.

AMIEL, Tel. Educação aberta: configurando ambientes, práticas e recursos educacionais. In.: **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas e políticas públicas. Bianca Santana; Carolina Rossini; Nelson de Lucca Pretto (orgs). 1. ed., 1imp. – Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis, RJ: 6. ed. Vozes, 2013. p. 111

BRASIL. **Lei n. 13.005**, de 2 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970publicacaooriginal-144468-pl.html> >. Acesso em: 20 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília 2012. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Superior. Resolução n. 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 31.

CREATIVE Commons. **Choosing a license**. Disponível em: <<http://creativecommons.org/about/licenses>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

DARCIE, Paulo. Projeto Folhas e Livro didático público. Entrevista com Mary Lane Hutner. In.: **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas e políticas públicas. Bianca Santana; Carolina Rossini; Nelson de Lucca Pretto (orgs). 1. ed., 1imp. – Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012.

GATTI, B. A.; BARRETO, E.S.S.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011, 300p.

GONSALES, Priscila. Aberturas e rupturas na formação de professores. In: **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas**. Bianca Santana; Carolina Rossini; Nelson de Lucca Pretto (orgs). 1. ed., 1imp. – Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012.

GUIMARÃES. V.S. **Formação de Professores: saberes, identidade e profissão**. São Paulo: Papirus, 2010, p.17

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Editora 34, 1999, p.27

MONFREDINI, E. Trabalho, profissão docente e o problema do conhecimento na formação inicial de professores. **Eccos Revista Científica**. V. 11, n. 2, p 605-620, 2009. p. 614)

NASCIMENTO, A. C. A. A Aprendizagem por meio de repositórios digitais e virtuais. In: Litto F. M. e Formiga M. **Educação a Distância: O Estado da Arte: 1. Edição**, 2009.

PRETTO, N. DE L. Cultura digital e educação: redes já! In: PRETTO, N. L.; SILVEIRA, S. A. (Org.). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Salvador, Edufba, 2008.

PRENSKY, M.: Digital Natives Digital Immigrants. In: PRENSKY, Marc. **On the Horizon**. NCB University Press, Vol. 9 No. 5, October (2001a). Disponível em <<http://www.marcprensky.com/writing/>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

Recursos Educacionais Abertos. Projeto de Lei Federal, Brasil 2011. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/politica-publica/projeto-de-lei-federal/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

STAROBINAS, Lilian. REA na educação básica: a colaboração como estratégia de enriquecimento dos processos de ensino-aprendizagem. In.: **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas**. Bianca Santana; Carolina Rossini; Nelson de Lucca Pretto (orgs). 1. ed., 1imp. – Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Tradução de Francisco Pereira. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO. Comunidade de Aprendizagem Orientações da Política de REA para ser lançado na Conferência Geral da UNESCO, 2011. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/news-and-in-focusarticles/all-news/news/unescocommonwealth_of_learning_oer_policy_guidelines_to_be_launched_at_the_unesco_general_conference/#.UpuSWdJJPSk>. Acesso em: 01 abr. 2015.

TORI, Romero. Cursos Híbridos ou *blended learnin*. In: **Educação a distância**: o estado da arte. Frederic M. Litto; Marcos Formiga (orgs). São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.p.308